



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROV - 272019

Código de validação: CC608998DF

Altera o Provimento nº 25/2019, que define o procedimento para a formalização do denominado “divórcio impositivo” ou “divórcio unilateral”.

O **Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Maranhão**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão) e pelo art. 30, inc. XLIII, al. e, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;

Considerando que, após a publicação do Provimento nº 25/2019, desta Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, que define o procedimento para a formalização do denominado “divórcio impositivo” ou “divórcio unilateral”, foram suscitadas diversas questões acerca de sua implementação prática;

Considerando a necessidade de serem dirimidas essas questões, a fim de que interpretações ou práticas que venham a surgir possam, mesmo que não intencionalmente, atentar contra o objetivo do Provimento e possíveis disposições do ordenamento jurídico, estadual e nacional;

Considerando que cabe ao Corregedor-Geral da Justiça expedir determinações, instruções e recomendações, sob a forma de provimento, acerca das atividades em geral das serventias extrajudiciais;

RESOLVE:





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Art. 1º Os arts. 1º, 2º e 3º do Provimento nº 25/2019 passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 1º ...

§ 1º O requerimento poderá ser formalizado mediante o preenchimento do formulário cujo modelo se acha no Anexo I, que poderá ser apresentado somente por aquele que pretende partilhar os bens, se houver, o que ocorrerá posteriormente, e de cujo casamento não exista nascituro nem tenha resultado filhos, ou, havendo estes últimos, que não sejam menores de idade ou incapazes.

§ 2º O interessado será representado por advogado ou defensor público, cujas assinatura e inscrição, na OAB ou na DPE, constarão do requerimento.

§ 3º O requerimento será autuado e instruído com as cópias dos documentos de identificação civil, que contenham os números de inscrição do requerente no Registro Geral de Identificação Civil e no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia, e de sua certidão de casamento.

Art. 2º ...

§ 1º A notificação pessoal, cujo modelo encontra-se no Anexo II, será feita por carta assinada pelo registrador ou por escrevente habilitado e encaminhada pelos Correios, em território nacional, às expensas do requerente, por meio de registro com Aviso de Recebimento em Mão Própria (MP), adiantadas as respectivas despesas.

§ 2º Será reiterada a notificação postal, igualmente às expensas do requerente, caso não devolvido pelos Correios o Aviso de Recebimento em Mão Própria (MP) no prazo de quinze dias úteis.

§ 3º A não devolução do MP relativo à segunda carta de notificação, também em quinze dias úteis, bem como eventual recusa de recebimento pelo cônjuge requerido, devidamente consignada pelo agente dos Correios,





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

dará ensejo à sua notificação por edital.

§ 4º *O edital de notificação, com prazo de quinze dias úteis, seguirá o modelo do Anexo III, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico (DJe), após envio, pelo registrador, por malote digital, à Corregedoria-Geral da Justiça.*

§ 5º *Findo o prazo do edital, deverá o registrador proceder à averbação do divórcio, no prazo a que se refere o caput, contado da juntada da comprovação da notificação editalícia do requerido.*

§ 6º *A carta de notificação, se possível, será entregue pelo próprio registrador ou alguém sob sua ordem, desde que a entrega se faça pessoalmente, ao próprio requerido, ou ao procurador deste, com poder especial para esse fim, o que será registrado nos autos.*

§ 7º *O registrador civil fará constar dos assentos o nome e a inscrição, na Ordem dos Advogados Brasil, do advogado que representar o cônjuge requerente, ou a matrícula, junto à Defensoria Pública Estadual, do defensor público que exercer tal representação.*

§ 8º *Caso seja informado, propositadamente, endereço incorreto do requerido, poderá o requerente responder, em juízo, por perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções civis, administrativas e penais.*

Art. 3º ...

§ 1º *O cônjuge requerido também poderá solicitar, a qualquer tempo, ao Registro Civil perante o qual foi lançado o assento do seu casamento, a alteração do seu nome, com a retomada de seu nome de solteiro, mediante novo ato de averbação.*

§ 2º *A averbação do divórcio impositivo observará o que prescreve o art. 106 da Lei nº 6.015, de 1973.*

Art. 2º *O art. 4º do Provimento nº 25/2019 fica renumerado como art. 6º e seu caput passar a ter esta redação.*

Art. 6º *Quaisquer outras questões de direito por serem decididas,*





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

decorrentes da formalização do divórcio impositivo, como as relativas a alimentos, arrolamento e partilha de bens, ou medidas protetivas, deverão ser levadas ao juízo competente, o qual observará que, para todos os efeitos, a situação jurídica das partes é a de pessoas divorciadas.

Art. 3º Os arts. 5º e 6º do Provimento nº 25/2019 ficam renumerados como arts. 7º e 8º, respectivamente.

Art. 4º Ficam incluídos novos arts. 4º e 5º ao Provimento nº 25/2019, com as seguintes redações:

Art. 4º *O cônjuge requerente poderá desistir do divórcio impositivo antes da respectiva averbação, mediante requerimento subscrito por seu advogado, com poder especial para esse fim, ou pelo defensor público.*

Parágrafo único. *A desistência do pedido do divórcio impositivo não enseja a devolução das despesas adiantadas pelo cônjuge requerente.*

Art. 5º *Os registradores civis do Estado do Maranhão enviarão à Corregedoria-Geral da Justiça, até o décimo dia do mês subsequente, a relação das averbações de divórcio realizadas com base no Provimento-CGJ nº 25/2019, para fins estatísticos.*

Art. 5º O Anexo Único do Provimento nº 25/2019 passa denominar-se Anexo I e seguirá o modelo abaixo, sendo acrescentados, ainda, os Anexos II e III, cujos modelos também seguem anexados a este Provimento.

Art. 6º A versão consolidada do Provimento nº 25/2019, com as presentes alterações, constará como Anexo IV deste Provimento, o qual também será publicado no *Diário da Justiça Eletrônico*.

Art. 7º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís (MA), aos 27 de maio de 2019.





**Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**Desembargador MARCELO CARVALHO SILVA
Corregedor-geral da Justiça
Matrícula 16014**

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 27/05/2019 09:23 (MARCELO CARVALHO SILVA)





ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

ANEXO I

REQUERIMENTO DE AVERBAÇÃO DE DIVÓRCIO IMPOSITIVO

_____, ora
Requerente, brasileira(o), _____ (profissão ou ocupação),
inscrita(o) no CPF/ME sob o nº _____-____ e no RG sob o nº _____,
_____, domiciliada(o) na cidade de _____,
_____, residindo no(a) _____,
_____, bairro _____,
_____, casada(o) com o(a) Requerido(a) _____,
_____, sob o regime de bens da _____, não possuindo filho(s), menor(es) ou incapaz(es), tampouco nascituro, oriundos desse casamento, por intermédio de seu(u) Advogado(a)/Defensor(a) Público(a), ao fim assinado(a), o(a) Dr(a). _____, inscrito(a) na OAB/_____ sob o nº _____/matriculado na DPE/MA sob o nº _____, vem, perante o senhor Registrador, requerer, nos termos do Provimento nº 25/2019 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, com alterações posteriores, a **AVERBAÇÃO DE SEU DIVÓRCIO IMPOSITIVO**, à margem dos assentos de seu casamento e de seu nascimento, para fins da dissolução da sociedade conjugal.

Manifesta, desde a presente data: () que pretende continuar a usar seu nome de casada(o)/() que pretende voltar a usar seu antigo nome de solteira(o), no caso _____, devendo o senhor Registrador, por isso, adotar as providências do art. 41 da Resolução nº 35 do Conselho Nacional de Justiça.

Informa, por fim: () a inexistência de bens sujeitos a partilha ulterior/() a existência dos seguintes bens, sujeitos a partilha posterior, aqui descritos, para os devidos fins de direito (enumerar e identificar todos os bens partilháveis):

1. _____;
2. _____;



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

3. _____ ;
4. _____ ;
5. _____ ;
6. _____ ;
7. _____ ;
8. _____ ;
9. _____ ;
10. _____ .

Para tanto, requer seja o(a) Requerido(a) notificado(a) deste requerimento de divórcio impositivo, procedendo o senhor Registrador, no prazo de cinco (5) dias úteis após a notificação, proceder às devidas averbações, conforme estabelece o art. 2º, *caput*, do Provimento supramencionado.

_____, _____ de _____ de _____.
(local e data)

Requerente

Advogado(a)/Defensor(a) Público(a)



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

ANEXO II

CARTA DE NOTIFICAÇÃO DE AVERBAÇÃO DE DIVÓRCIO IMPOSITIVO

_____, _____ de _____ de _____.
(local e data)

Pela presente carta, ao fim assinada por este Registrador/Escrevente do Registro Civil da Serventia Extrajudicial do _____, da Comarca/do Termo de _____, dirigida ao(à) Requerido(a) neste procedimento extrajudicial, o(a) Senhor(a) _____, brasileiro(a), _____ (profissão ou ocupação), inscrito(a) no CPF/ME sob o nº _____-____ e no RG sob o nº _____, filho(a) de _____ e de _____, domiciliado(a) na cidade de _____, residente no(a) _____, bairro _____, casado(a) com a(o) Requerente _____, sob o regime de bens da _____, conforme registro de casamento lavrado no Livro _____, Fls. _____, Termo _____, desta Serventia do Registro Civil, fica o(a) Requerido(a) **NOTIFICADO(A)** da apresentação, junto a esta Serventia Extrajudicial, pela(o) citada(o) Requerente, de **PEDIDO DE DIVÓRCIO IMPOSITIVO** em face de Vossa Senhoria, baseada no Provimento nº 25/2019 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, seguindo, anexas, cópia do citado provimento, em sua versão consolidada, e do requerimento apresentado, sendo que a averbação do divórcio será efetivada, independentemente de sua anuência, no prazo de cinco (5) dias úteis, por este Registrador, contado da juntada, aos autos do procedimento, da comprovação de sua



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

notificação pessoal.

Informo que Vossa Senhoria, após a averbação do divórcio, poderá, a qualquer tempo, solicitar, a esta Serventia do Registro Civil, se for de seu interesse, a alteração de seu nome de casado(a), com a consequente retomada de seu nome de solteiro(a), mediante novo ato de averbação.

Esclareço-lhe, ainda, nos termos do art. 6º do Provimento-CGJ/MA nº 25/2019, com alterações posteriores, que quaisquer outras questões de direito por serem decididas, decorrentes da formalização do divórcio impositivo, como as relativas a alimentos, arrolamento e partilha de bens, ou medidas protetivas, deverão ser levadas ao juízo competente, o qual observará que, para todos os efeitos, a situação jurídica das partes é a de pessoas divorciadas.

Ressalto-lhe, por fim, que a resolução dessas questões supervenientes ao divórcio poderá ser formalizada por escritura pública, evitando-se a judicialização, nos termos da Lei Federal nº 11.441, de 2007, caso haja consenso entre as partes divorciadas.

Oficial(a) do Registro Civil da Serventia Extrajudicial

(A assinatura do registrador ou escrevente será identificada com carimbo, e a serventia será identificada pelo nome, número de inscrição no Cadastro Nacional de Serventias Públicas e Privadas do Brasil (CNS), endereço completo, endereço de correio eletrônico e telefones de contato)



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

ANEXO III

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AVERBAÇÃO DE DIVÓRCIO IMPOSITIVO
(COM PRAZO DE 15 DIAS ÚTEIS)**

Pelo presente edital, ao fim assinado por este Registrador/Escrevente do Registro Civil da Serventia Extrajudicial do _____, da Comarca/do Termo de _____, sita na _____, telefones de contato _____, endereço de correio eletrônico (e-mail) _____, faz saber a todos quantos este **EDITAL** virem, ou dele tomarem conhecimento, que a(o) Requerente _____, inscrita(o) no CPF/ME sob o nº _____-_____, deu entrada nesta serventia com **PEDIDO DE DIVÓRCIO IMPOSITIVO**, nos termos do Provimento nº 25/2019 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, em face de _____, brasileiro(a), _____ (profissão ou ocupação), inscrito(a) no CPF/ME sob o nº _____-_____ e no RG sob o nº _____, filho(a) de _____ e de _____, domiciliado(a) na cidade de _____, residente no(a) _____, bairro _____, casado(a) com a(o) Requerente _____, sob o regime de bens da _____, conforme registro de casamento lavrado no Livro _____, Fls. _____, Termo _____, desta Serventia do Registro Civil; e, como não foi possível a notificação pessoal do(a) Requerido(a), fica ele(a) **NOTIFICADO(A)** pelo presente edital, com prazo de quinze (15) dias úteis, para fins de prévio conhecimento da pretendida averbação, a qual será



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

efetivada no prazo de cinco (5) dias úteis por este Registro Civil, contado do fim do interstício fixado neste edital de notificação.

Fica o(a) Requerido(a) informado de que, após a averbação do divórcio, poderá, a qualquer tempo, solicitar, a esta Serventia do Registro Civil, se for de seu interesse, a alteração de seu nome de casado(a), com a consequente retomada de seu nome de solteiro(a), mediante novo ato de averbação.

Fica também a ele esclarecido, nos termos do art. 6º do Provimento-CGJ/MA nº 25/2019, com alterações posteriores, que quaisquer outras questões de direito por serem decididas, decorrentes da formalização do divórcio impositivo, como as relativas a alimentos, arrolamento e partilha de bens, ou medidas protetivas, deverão ser levadas ao juízo competente, o qual observará que, para todos os efeitos, a situação jurídica das partes é a de pessoas divorciadas.

Fica o(a) Requerido(a) alertada, por fim, que a resolução dessas questões supervenientes ao divórcio poderá ser formalizada por escritura pública, evitando-se a judicialização, nos termos da Lei Federal nº 11.441, de 2007, caso haja consenso entre as partes divorciadas.

_____, _____ de _____ de _____.
(local e data)

Oficial(a) do Registro Civil da Serventia Extrajudicial

(A assinatura do registrador ou escrevente será identificada com carimbo, e a serventia será identificada pelo nome, número de inscrição no Cadastro Nacional de Serventias Públicas e Privadas do Brasil (CNS), endereço completo, endereço de correio eletrônico e telefones de contato)



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

ANEXO IV

**VERSÃO CONSOLIDADA DO PROVIMENTO Nº 25/2019 DA CORREGEDORIA-GERAL
DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**

PROVIMENTO-CGJ – 25/2019

Código de validação: CE613544E0

Define o procedimento para a formalização do denominado “divórcio impositivo” ou “divórcio unilateral”, que se fundamenta nos direitos humanos, especificamente aquele sacramentado no art. 16, item I, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, e nos princípios basilares do Estado Democrático de Direito, notadamente a individualidade, a liberdade, o bem-estar, a justiça e a fraternidade, petrificados, por sua importância, no Preâmbulo da Constituição Federal de 1988, que também acolhe, como corolários, o direito individual à celeridade na resolução das lides e a autonomia da vontade nas relações intersubjetivas, e dá outras providências.

O **Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Maranhão**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão) e pelo art. 30, inc. XLIII, al. e, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;

Considerando que a dissolução do casamento, na forma do art. 16, item I, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em Paris, em 10 de dezembro de



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

1948, é um direito individual da pessoa, que pode ser exercido unilateralmente por quaisquer dos cônjuges, em igualdade de condições;

Considerando que, a partir da Emenda Constitucional nº 66, de 2010, o único requisito para a decretação do divórcio é a manifestação da vontade de um dos cônjuges, não mais existindo, desde então, a necessidade da prévia separação de fato (por dois anos) ou de direito (por um ano) para que seja pleiteada a dissolução do vínculo conjugal, sendo impertinente, ademais, a discussão acerca da culpa pelo fim da relação;

Considerando que, diante da modificação imposta pelo constituinte derivado ao texto do art. 226, § 6º, da Constituição Federal, desapareceram quaisquer exigências objetivas ou subjetivas para a decretação do divórcio, ficando dispensada, inclusive, sua judicialização;

Considerando que essa nova sistemática encontra-se em perfeita consonância com os princípios superiores que regem o Estado Democrático de Direito, como a individualidade, a liberdade, o bem-estar, a justiça e a fraternidade, sendo que esta última deve, na atualidade, ser expressada em sua plenitude, para que o país disponha de um sistema de justiça eficiente e célere, capaz de acompanhar as transformações sociais e de garantir os direitos humanos fundamentais, conforme defende, com primor, o Ministro maranhense Reynaldo Soares da Fonseca, do Superior Tribunal de Justiça, na seu recém-lançado livro “*O Princípio Constitucional da Fraternidade: Seu Resgate no Sistema de Justiça*” (Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2019);

Considerando a imprescindibilidade de estabelecer-se medidas desburocratizantes no registro civil, especialmente nos casos de divórcio, por se tratar de ato fundado na celeridade da composição das lides e na autonomia de vontade de um dos cônjuges, a qual, em razão de sua atual dimensão constitucional, é um direito de caráter potestativo, que permite a atuação de quaisquer deles na defesa de seus próprios interesses e projetos existenciais, o que não pode sofrer reducionismo em sua compreensão e extensão;



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

RESOLVE:

Art. 1º Qualquer um dos cônjuges poderá, no exercício de sua autonomia de vontade, enquanto direito potestativo, requerer, ao Registro Civil da serventia extrajudicial perante a qual se acha lançado o assento de seu casamento, a averbação do divórcio, à margem do respectivo registro.

§ 1º O requerimento poderá ser formalizado mediante o preenchimento do formulário cujo modelo se acha no *Anexo I*, que poderá ser apresentado somente por aquele que pretende partilhar os bens, se houver, o que ocorrerá posteriormente, e de cujo casamento não exista nascituro nem tenha resultado filhos, ou, havendo estes últimos, que não sejam menores de idade ou incapazes. *(Alterado pelo Provimento nº 27/2019)*

§ 2º O interessado será representado por advogado ou defensor público, cujas assinatura e inscrição, na OAB ou na DPE, constarão do requerimento. *(Alterado pelo Provimento nº 27/2019)*

§ 3º O requerimento será autuado e instruído com as cópias dos documentos de identificação civil, que contenham os números de inscrição do requerente no Registro Geral de Identificação Civil e no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia, e de sua certidão de casamento. *(Incluído pelo Provimento nº 27/2019)*

Art. 2º A apresentação do requerimento ao registrador independe da presença ou da anuência do outro cônjuge, o qual, no entanto, será notificado, para fins de prévio conhecimento da pretendida averbação, a qual será efetivada no prazo de cinco dias pelo Oficial do Registro, contado da juntada da comprovação da notificação pessoal do requerido.

§ 1º A notificação pessoal, cujo modelo encontra-se no *Anexo II*, será feita por carta assinada pelo registrador ou por escrevente habilitado e encaminhada pelos Correios, em território nacional, às expensas do requerente, por meio de registro com Aviso de Recebimento em Mão Própria (MP), adiantadas as respectivas despesas. *(Incluído pelo Provimento nº 27/2019)*



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

§ 2º Será reiterada a notificação postal, igualmente às expensas do requerente, caso não devolvido pelos Correios o Aviso de Recebimento em Mão Própria (MP) no prazo de quinze dias úteis. *(Incluído pelo Provimento nº 27/2019)*

§ 3º A não devolução do MP relativo à segunda carta de notificação, também em quinze dias úteis, bem como eventual recusa de recebimento pelo cônjuge requerido, devidamente consignada pelo agente dos Correios, dará ensejo à sua notificação por edital. *(Incluído pelo Provimento nº 27/2019)*

§ 4º O edital de notificação, com prazo de quinze dias úteis, seguirá o modelo do Anexo III, que será publicado no *Diário da Justiça Eletrônico* (DJe), após envio, pelo registrador, por malote digital, à Corregedoria-Geral da Justiça. *(Incluído pelo Provimento nº 27/2019)*

§ 5º Findo o prazo do edital, deverá o registrador proceder à averbação do divórcio, no prazo a que se refere o caput, contado da juntada da comprovação da notificação editalícia do Requerido. *(Incluído pelo Provimento nº 27/2019)*

§ 6º A carta de notificação, se possível, será entregue pelo próprio registrador ou alguém sob sua ordem, desde que a entrega se faça pessoalmente, ao próprio requerido, ou ao procurador deste, com poder especial para esse fim. *(Incluído pelo Provimento nº 27/2019)*

§ 7º O registrador civil fará constar dos assentos o nome e a inscrição, na Ordem dos Advogados Brasil, do advogado que representar o cônjuge requerente, ou a matrícula, junto à Defensoria Pública Estadual, do defensor público que exercer tal representação. *(Incluído pelo Provimento nº 27/2019)*

§ 8º Caso seja informado, propositadamente, endereço incorreto do requerido, poderá o requerente responder, em juízo, por perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções civis, administrativas e penais. *(Incluído pelo Provimento nº 27/2019)*

Art. 3º Havendo, no requerimento de averbação do divórcio, pedido de alteração do nome do cônjuge requerente, para a retomada de seu nome de solteiro, o registrador, ao averbar o ato no assento de casamento, também procederá à anotação dessa mudança no respectivo assento de nascimento, se constar de sua serventia, ou, se



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

de outra, comunicará ao serventuário competente, que fará a anotação, conforme exige o art. 41 da Resolução nº 35 do Conselho Nacional de Justiça.

§ 1º O cônjuge requerido também poderá solicitar, a qualquer tempo, ao Registro Civil perante o qual foi lançado o assento do seu casamento, a alteração do seu nome, com a retomada de seu nome de solteiro, mediante novo ato de averbação. *(Incluído pelo Provimento nº 27/2019)*

§ 2º A averbação do divórcio impositivo observará o que prescreve o art. 106 da Lei nº 6.015, de 1973. *(Incluído pelo Provimento nº 27/2019)*

Art. 4º O cônjuge requerente poderá desistir do divórcio impositivo antes da respectiva averbação, mediante requerimento subscrito por seu advogado, com poder especial para esse fim, ou pelo defensor público. *(Incluído pelo Provimento nº 27/2019)*

Parágrafo único. A desistência do pedido do divórcio impositivo não enseja a devolução das despesas adiantadas pelo cônjuge requerente. *(Incluído pelo Provimento nº 27/2019)*

Art. 5º Os registradores civis do Estado do Maranhão enviarão à Corregedoria-Geral da Justiça, até o décimo dia do mês subsequente, a relação das averbações de divórcio realizadas com base no Provimento-CGJ nº 25/2019, para fins estatísticos. *(Incluído pelo Provimento nº 27/2019)*

Art. 6º Quaisquer outras questões de direito por serem decididas, decorrentes da formalização do divórcio impositivo, como as relativas a alimentos, arrolamento e partilha de bens, ou medidas protetivas, deverão ser levadas ao juízo competente, o qual observará que, para todos os efeitos, a situação jurídica das partes é a de pessoas divorciadas. *(Renumerado e alterado pelo Provimento nº 27/2019)*

Parágrafo único. A resolução dessas questões supervenientes poderá ser formalizada por escritura pública, evitando-se a judicialização, nos termos da Lei nº 11.441, de 2007, caso haja consenso entre as partes divorciadas.

Art. 7º Os emolumentos decorrentes da tramitação do procedimento do divórcio impositivo serão aqueles discriminados nas tabelas anexas à Lei Estadual nº



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

9.109, de 2009 (Lei de Custas e Emolumentos), especificamente o Item 14.4.3 da Tabela XIV. *(Renumerado pelo Provimento nº 27/2019)*

Parágrafo único. Não haverá cobrança de emolumentos nas hipóteses em que o Requerente esteja assistido por membro da Defensoria Pública, procedendo-se, nos demais casos de hipossuficiência, nos termos do § 1º do art. 13 da Lei de Custas e Emolumentos.

Art. 8º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.
(Renumerado pelo Provimento nº 27/2019)

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís (MA), aos 20 de maio de 2019.

Desembargador MARCELO CARVALHO SILVA
Corregedor-Geral da Justiça

ANEXO I

REQUERIMENTO DE AVERBAÇÃO DE DIVÓRCIO IMPOSITIVO

_____, ora
Requerente, brasileira(o), _____ (profissão ou ocupação),
inscrita(o) no CPF/ME sob o nº _____ e no RG sob o nº _____
_____, domiciliada(o) na cidade de _____,
_____, residindo no(a) _____,
_____, bairro _____,
_____, casada(o) com o(a) Requerido(a) _____,
_____, sob o regime de bens da _____, não possuindo
filho(s), menor(es) ou incapaz(es), tampouco nascituro, oriundos desse casamento, por
intermédio de seu(ua) Advogado(a)/Defensor(a) Público(a), ao fim assinado(a), o(a) Dr(a).



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

_____, inscrito(a) na OAB/_____ sob o nº _____/matriculado na DPE/MA sob o nº _____, vem, perante o senhor Registrador, requerer, nos termos do Provimento nº 25/2019 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, com alterações posteriores, a **AVERBAÇÃO DE SEU DIVÓRCIO IMPOSITIVO**, à margem dos assentos de seu casamento e de seu nascimento, para fins da dissolução da sociedade conjugal.

Manifesta, desde a presente data: () que pretende continuar a usar seu nome de casada(o)/() que pretende voltar a usar seu antigo nome de solteira(o), no caso _____, devendo o senhor Registrador, por isso, adotar as providências do art. 41 da Resolução nº 35 do Conselho Nacional de Justiça.

Informa, por fim: () a inexistência de bens sujeitos a partilha ulterior/() a existência dos seguintes bens, sujeitos a partilha posterior, aqui descritos, para os devidos fins de direito (enumerar e identificar todos os bens partilháveis):

1. _____;
2. _____;
3. _____;
4. _____;
5. _____;
6. _____;
7. _____;
8. _____;
9. _____;
10. _____.

Para tanto, requer seja o(a) Requerido(a) notificado(a) deste requerimento de divórcio impositivo, procedendo o senhor Registrador, no prazo de cinco (5) dias úteis após a notificação, proceder às devidas averbações, conforme estabelece o art. 2º, *caput*, do Provimento supramencionado.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

_____, _____ de _____ de _____.
(local e data)

Requerente

Advogado(a)/Defensor(a) Público(a)

ANEXO II

CARTA DE NOTIFICAÇÃO DE AVERBAÇÃO DE DIVÓRCIO IMPOSITIVO

_____, _____ de _____ de _____.
(local e data)

Pela presente carta, ao fim assinada por este Registrador/Escrevente do Registro Civil da Serventia Extrajudicial do _____, da Comarca/do Termo de _____, dirigida ao(à) Requerido(a) neste procedimento extrajudicial, o(a) Senhor(a) _____, brasileiro(a), _____ (profissão ou ocupação), inscrito(a) no CPF/ME sob o nº _____-____ e no RG sob o nº _____, filho(a) de _____ e de _____, domiciliado(a) na cidade de _____, residente no(a) _____, bairro _____, casado(a) com a(o) Requerente _____, sob o regime de bens da _____, conforme registro de casamento lavrado no Livro _____, Fls. _____, Termo _____,



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

desta Serventia do Registro Civil, fica o(a) Requerido(a) **NOTIFICADO(A)** da apresentação, junto a esta Serventia Extrajudicial, pela(o) citada(o) Requerente, de **PEDIDO DE DIVÓRCIO IMPOSITIVO** em face de Vossa Senhoria, baseada no Provimento nº 25/2019 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, seguindo, anexas, cópia do citado provimento, em sua versão consolidada, e do requerimento apresentado, sendo que a averbação do divórcio será efetivada, independentemente de sua anuência, no prazo de cinco (5) dias úteis, por este Registrador, contado da juntada, aos autos do procedimento, da comprovação de sua notificação pessoal.

Informo que Vossa Senhoria, após a averbação do divórcio, poderá, a qualquer tempo, solicitar, a esta Serventia do Registro Civil, se for de seu interesse, a alteração de seu nome de casado(a), com a consequente retomada de seu nome de solteiro(a), mediante novo ato de averbação.

Esclareço-lhe, ainda, nos termos do art. 6º do Provimento-CGJ/MA nº 25/2019, com alterações posteriores, que quaisquer outras questões de direito por serem decididas, decorrentes da formalização do divórcio impositivo, como as relativas a alimentos, arrolamento e partilha de bens, ou medidas protetivas, deverão ser levadas ao juízo competente, o qual observará que, para todos os efeitos, a situação jurídica das partes é a de pessoas divorciadas.

Ressalto-lhe, por fim, que a resolução dessas questões supervenientes ao divórcio poderá ser formalizada por escritura pública, evitando-se a judicialização, nos termos da Lei Federal nº 11.441, de 2007, caso haja consenso entre as partes divorciadas.

Oficial(a) do Registro Civil da Serventia Extrajudicial

(A assinatura do registrador ou escrevente será identificada com carimbo, e a serventia será identificada pelo nome, número de inscrição no Cadastro Nacional de Serventias



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Públicas e Privadas do Brasil (CNS), endereço completo, endereço de correio eletrônico e telefones de contato)

ANEXO III

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AVERBAÇÃO DE DIVÓRCIO IMPOSITIVO
(COM PRAZO DE 15 DIAS ÚTEIS)**

Pelo presente edital, ao fim assinado por este Registrador/Escrevente do Registro Civil da Serventia Extrajudicial do _____, da Comarca/do Termo de _____, sita na _____, telefones de contato _____, endereço de correio eletrônico (*e-mail*) _____, faz saber a todos quantos este **EDITAL** virem, ou dele tomarem conhecimento, que a(o) Requerente _____, inscrita(o) no CPF/ME sob o nº _____-_____, deu entrada nesta serventia com **PEDIDO DE DIVÓRCIO IMPOSITIVO**, nos termos do Provimento nº 25/2019 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, em face de _____, brasileiro(a), _____ (profissão ou ocupação), inscrito(a) no CPF/ME sob o nº _____-_____ e no RG sob o nº _____, filho(a) de _____ e de _____, domiciliado(a) na cidade de _____, residente no(a) _____, bairro _____, casado(a) com a(o) Requerente _____, sob o regime de bens da _____, conforme registro de



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

casamento lavrado no Livro _____, Fls. _____, Termo _____, desta Serventia do Registro Civil; e, como não foi possível a notificação pessoal do(a) Requerido(a), fica ele(a) **NOTIFICADO(A)** pelo presente edital, com prazo de quinze (15) dias úteis, para fins de prévio conhecimento da pretendida averbação, a qual será efetivada no prazo de cinco (5) dias úteis por este Registro Civil, contado do fim do interstício fixado neste edital de notificação.

Fica o(a) Requerido(a) informado de que, após a averbação do divórcio, poderá, a qualquer tempo, solicitar, a esta Serventia do Registro Civil, se for de seu interesse, a alteração de seu nome de casado(a), com a consequente retomada de seu nome de solteiro(a), mediante novo ato de averbação.

Fica também a ele esclarecido, nos termos do art. 6º do Provimento-CGJ/MA nº 25/2019, com alterações posteriores, que quaisquer outras questões de direito por serem decididas, decorrentes da formalização do divórcio impositivo, como as relativas a alimentos, arrolamento e partilha de bens, ou medidas protetivas, deverão ser levadas ao juízo competente, o qual observará que, para todos os efeitos, a situação jurídica das partes é a de pessoas divorciadas.

Fica o(a) Requerido(a) alertada, por fim, que a resolução dessas questões supervenientes ao divórcio poderá ser formalizada por escritura pública, evitando-se a judicialização, nos termos da Lei Federal nº 11.441, de 2007, caso haja consenso entre as partes divorciadas.

_____, _____ de _____ de _____.
(local e data)

Oficial(a) do Registro Civil da Serventia Extrajudicial

(A assinatura do registrador ou escrevente será identificada com carimbo, e a serventia será identificada pelo nome, número de inscrição no Cadastro Nacional de Serventias Públicas e Privadas do Brasil (CNS), endereço completo, endereço de correio eletrônico e telefones de contato)